

Estabilidade econômica atrai capital externo

O empresariado não crê em congelamento e em novos confiscos

A pesquisa mensal de opinião do empresariado sobre as expectativas quanto à economia brasileira, da Câmara Americana de Comércio de São Paulo, é um bom termômetro para mensurar o que foi este período de 24 meses de gestão do presidente Fernando Collor de Mello. Desde a posse e o quase imediato confisco dos cruzados, só no final do ano passado os dirigentes de mais de 80 empresas norte-americanas atuantes no Brasil começaram a vislumbrar a luz no final do túnel.

Antes, até novembro, a expectativa era quanto ao recrudescimento da inflação, aprofundamento da crise da recessão, medo de um pacote, com congelamento de preços e tudo o mais. Hoje, todos respiram aliviados. O risco de um pacote de surpresa já não tira o sono do empresariado, que começou a se voltar para planos operacionais de médio e longo prazos. Cessaram as reclamações contra a política econômica do Governo; para o ministro Marcílio Marques Moreira, os adjetivos são agora elogiosos.

A privatização das estatais, ou melhor, o Programa Nacional de Desestatização, é um dos responsáveis por essa guinada. Afinal, depois de dois adiamentos — por força de recursos legais —, a Usiminas foi efetivamente leiloada, e os maiores entusiastas das mudanças proporcionadas pela troca de donos são hoje os próprios operários. O empresariado que dirige ne-

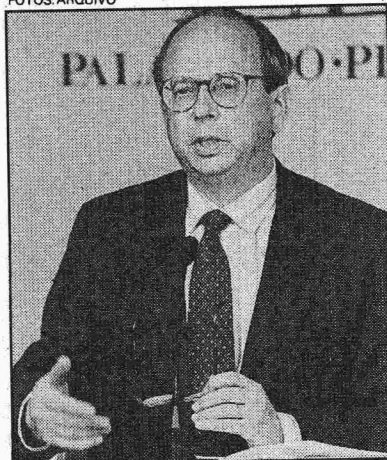
gócios dos Estados Unidos no Brasil sentiu que o leilão da Usiminas foi um marco. A partir da venda da mais eficiente siderúrgica das Américas o empresariado vislumbrou o potencial proporcionado pela economia de mercado brasileiro.

Para surpresa dos ultranacionalistas a privatização não desencadeou uma desnacionalização do parque industrial brasileiro. Muito pelo contrário. Os leilões já acontecidos só fortaleceram grupos empresariais brasileiros, caso, por exemplo, do Gerdau, do Rio Grande do Sul, que agora tem o controle acionário da Cosinor e da Aços Finos Piratini. A desestatização, como um Programa de Governo, é um dos marcos da gestão do presidente Collor.

Coerência — O empresariado também mudou de opinião em relação ao Governo por conta da Política Monetária, que vem sendo coerente, desde quando a presidência do Banco Central fora ocupada pelo economista Ibrahim Éris. A constância do aperto monetário, das taxas de juros proporcionando melhora na rentabilidade dos investimentos no mercado financeiro, delimitou o espaço de cada segmento da economia. Os agentes econômicos, desde o final do ano passado, estão convencidos de que as taxas de juros não declinarão enquanto a inflação não cair.

Ou melhor: as taxas irão declinando na medida que a inflação for perdendo ímpeto. Do singelo lojista de uma porta só, ao presidente de uma cadeia de super e hipermercados, todos sabem que só terão a perder com

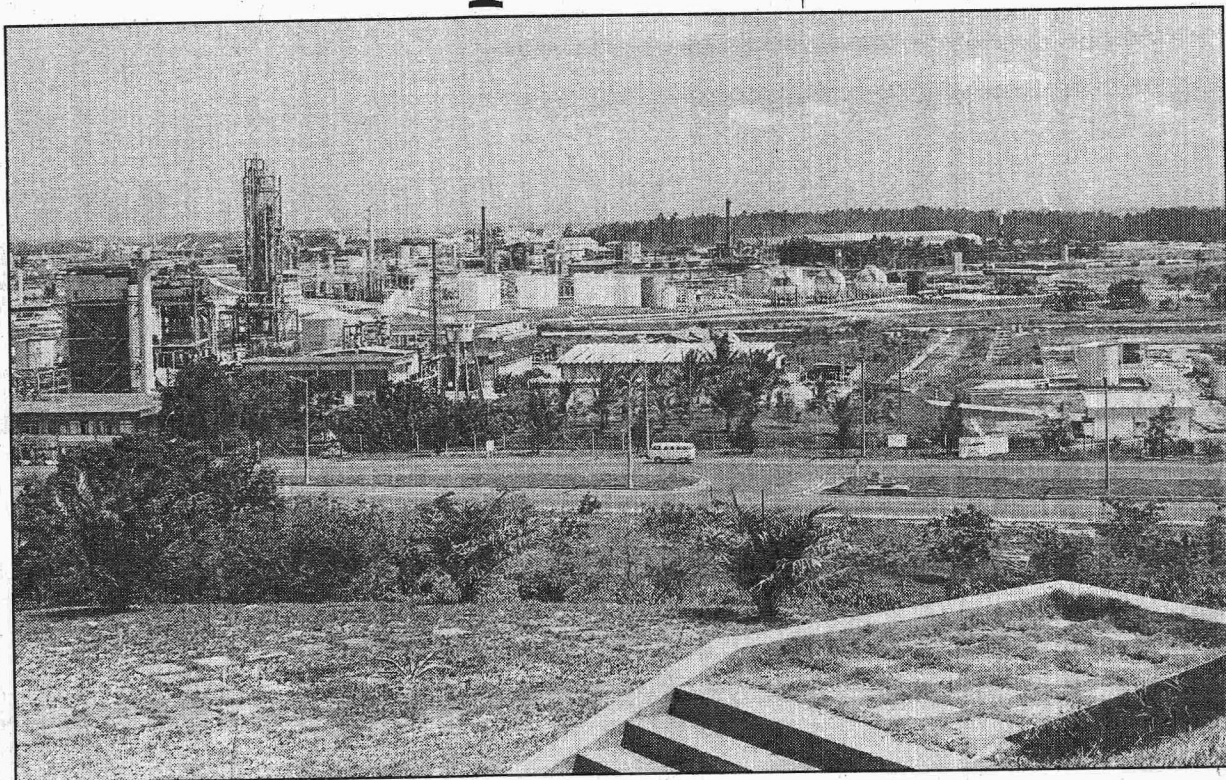
FOTOS: ARQUIVO



O parque industrial brasileiro começa a receber novamente o capital estrangeiro devido à boa atuação do ministro Marcílio Marques Moreira e de sua política econômica

a remarcação de preços especulativa. Algumas cadeias do grande varejo tiveram que ajustar suas estratégias, tanto que a Pão de Açúcar vendeu o prédio de sua própria sede e a Paes Mendonça colocou à venda seus principais pontos; a Casas da Banha foi-se para uma polêmica concordata.

Os tempos econômicos são outros. Já se pode escolher entre uma gasolina mais barata e uma mais cara. Brevemente se estará escolhendo entre uma melhor e uma pior. O preço, é lógico, será levado em conta, mas um combustível de qualidade trará satisfação ao consumidor que quiser (e puder) desfrutar de um veículo mais



eficiente em termos de motor. A economia de mercado que os brasileiros desconheciam é vislumbrada no dia-a-dia, nas notícias sobre a guerra de marketing.

Disputa — Se os empresários estão tendo de acostumar-se com o fim da mamata de comprar ferro e aço subsidiados de estatais como a Usiminas, os consumidores estão tendo de acostumar-se com a mais nova disputa de marketing, a das lojas de fast-food tipo Bob's, McDonald e outras. As ofertas se sucedem. As liquidações também. Indústrias de roupas, por exemplo, atropelam os interesses do atacado e do varejo e montam as cha-

madas lojas de fábrica, para comercialização direta ao consumidor. Vide o caso, bem sucedido, da Vila Romana.

Os 24 meses de gestão do presidente Collor estão definindo uma mudança na economia brasileira. Se o País ainda vive os percalços de uma guerra contra a inflação, que elevou níveis de falência, concordata, desemprego, cheques sem fundo, ao mesmo tempo vivencia uma corrida na direção da eficiência. Esta palavra, que antes o empresariado e os tecnocratas conheciam de ouvir dizer e de ler, agora é objetivo de praticamente todos os brasileiros.

Eficiência quer dizer melhora na qualidade e melhora no desempenho, seja ele fabril ou artesanal, em todas as escalas de produção. Todos querem ser eficientes, produzir mais, mas a um menor custo, com melhora de qualidade e no desempenho, e o mais rapidamente possível. Cessa assim a fase quantitativista da economia brasileira, quando mais, quando a maior quantidade era confundida com o melhor, com a melhora no produto final. Só este fenômeno, que faz o brasileiro comum se preocupar com qualidade e eficiência, deflagrado na gestão do presidente Collor, marca de seu Governo.